

Solar Arinos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do
exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidadas	6
Demonstrações de resultados individuais e consolidadas	7
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa individuais e consolidadas	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Solar Arinos S.A.

Arinos – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar Arinos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Solar Arinos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Solar Arinos S.A.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	10	14	88.866	1.335	Fornecedores	15	6	11	46.633	4.514
Contas a receber	9	-	-	19.074	-	Obrigações tributárias	17	-	4	4.982	1.890
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		74	78	271	186	Imposto de renda e contribuição social		-	-	5.058	-
Tributos a recuperar		-	-	30	-	Obrigações fiscais e trabalhistas		-	-	-	-
Despesas antecipadas	10	-	-	9.851	2.911	Passivo de arrendamentos	12	-	-	57	524
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	19.775	Financiamentos	16	-	-	330.755	-
Dividendos a receber	11	3.399	-	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	19.775
Outras contas a receber		3	-	866	5	Dividendos a pagar	24.b	3.368	-	3.368	-
						Outras contas a pagar	15	-	-	7.170	-
Total do ativo circulante		3.486	92	118.958	24.212	Total do passivo circulante		3.374	15	398.023	26.703
Fundos vinculados	8.b	-	-	12.269	-	Financiamentos	16	-	-	396.500	-
Contas a receber partes relacionadas	24.b	521	521	-	-	Passivo de arrendamentos	12	-	-	22.858	22.916
Despesas antecipadas	10	-	-	2.725	2.619	Provisão para desmobilização	18	-	-	1.087	-
Investimentos	11	654.699	226.656	-	-	Outras contas a pagar	15	-	-	3.617	-
Direito de uso	12	-	-	22.797	23.438						
Imobilizado	13	-	-	1.264.202	226.604	Total do passivo não circulante		-	-	424.062	22.916
Intangível	14	-	-	56.466	-						
Total do ativo não circulante		655.220	227.177	1.358.459	252.661	Patrimônio líquido	19				
						Capital social		644.518	228.283	644.518	228.283
						Reserva de lucros		10.814	-	10.814	-
						Prejuízos Acumulados		-	(1.029)	-	(1.029)
						Total do patrimônio líquido		655.332	227.254	655.332	227.254
Total do ativo		658.706	227.269	1.477.417	276.873	Total do passivo e patrimônio líquido		658.706	227.269	1.477.417	276.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	-	-	51.182	-
Custos operacionais	21	-	-	(12.322)	-
Lucro bruto		-	-	38.860	-
Despesas gerais e administrativas	21	(88)	(58)	(1.083)	(1.153)
Outras receitas / (despesas) operacionais		-	36	-	36
Resultado com equivalência patrimonial	11	15.301	(869)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		15.213	(891)	37.777	(1.117)
Receitas financeiras	22	2	271	8.397	20.290
Despesas financeiras	22	(4)	(204)	(23.714)	(19.997)
Resultado financeiro líquido		(2)	67	(15.317)	293
Resultado antes dos tributos		15.211	(824)	22.460	(824)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	(4)	(7.249)	(4)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		15.211	(828)	15.211	(828)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	15.211	(828)	15.211	(828)
Resultado abrangente do exercício	<u>15.211</u>	<u>(828)</u>	<u>15.211</u>	<u>(828)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solar Arinos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital a integralizar		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.101	-	13.000	-	-	(201)	48.900
Integralização adiantamento para futuro aumento de capital	19 a.	-	-	-	-	-	-	169.460
Subscrição de capital social	19 a.	531.008	(531.008)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	19 a.	-	192.182	(13.000)	-	-	-	9.722
Prejuízo do exercício	19 b.	-	-	-	-	-	(828)	(828)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		567.109	(338.826)	-	-	-	(1.029)	227.254
Subscrição de capital social	19 a.	174.891	(174.891)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	19 a.	-	416.235	-	-	-	-	416.235
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.211	15.211
Destinação para reserva legal	19 b.	-	-	-	709	-	(709)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19 c.	-	-	-	-	-	(3.368)	(3.368)
Destinação para reserva de retenção de lucros	19 d.	-	-	-	-	10.105	(10.105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		742.000	(97.482)	-	709	10.105	-	655.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.211	(824)	22.460	(824)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	13/14	-	-	8.123
Resultado de equivalência patrimonial	11	(15.301)	869	-
Amortização de direitos de uso	12	-	-	128
Correção monetária sobre desmobilização	18	-	-	17
Juros incorridos sobre financiamentos	16	-	-	15.000
Juros sobre passivo de arrendamentos	12	-	-	503
	(90)	45	46.231	(824)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(19.074)	-
Contas a receber partes relacionadas	-	(450)	-	85
Outras contas a receber	(3)	16	(861)	12
Tributos a recuperar	-	-	(30)	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2	(78)	(85)	(186)
Despesas antecipadas	-	1.587	(7.046)	(3.943)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(5)	9	4.048	1.010
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	-	-	(132)
Obrigações tributárias	(4)	4	3.092	1.890
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(2.744)
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	-	(501)
Outras contas a pagar	-	(39)	10.787	(39)
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais	(100)	1.094	37.062	(5.372)
Pagamento de juros sobre financiamentos	16	-	(3.656)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(4)	(2.191)	(4)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas nas atividades operacionais	(100)	1.090	31.215	(5.376)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	11	(350.959)	(171.066)	-
Fundos vinculados	-	-	(12.269)	-
Aquisição de ativo intangível	14	-	-	(932)
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	-	(1.033.334)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(350.959)	(171.066)	(1.046.535)	(169.567)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	12	-	(1.028)	(58)
Captação de financiamentos	16	-	687.644	-
Integralização de capital	19 a.	351.055	169.461	416.235
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	351.055	169.461	1.102.851	169.403
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4)	(515)	87.531	(5.540)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	14	529	1.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	10	14	88.866
	(4)	(515)	87.531	(5.540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Solar Arinos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, a qual passou a ser controlada diretamente pela Newave Energia S.A., a partir de outubro de 2023 (anteriormente controlada diretamente pela Voltalia Energia do Brasil Ltda). Tem sede administrativa na Fazenda Mascarada, KM 25,35, Rodovia Arinos - Januária, CEP 38680000, no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2022, e tem como objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de suas controladas conjuntamente, o "Grupo"), efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração, exploração e gestão de empreendimento de energia elétrica por fonte fotovoltaica desenvolvido no parque fotovoltaico denominado Projeto Arinos. As controladas possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as autorizações abaixo para atuar sob o regime de produção independente de energia elétrica.

Controladas	Resolução Autorizativa
UFV Arinos 3	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 5	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 6	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 7	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 18	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 19	12.257 de 05 de julho de 2022
UFV Arinos 20	12.257 de 05 de julho de 2022

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 279.065 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.491 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia apurou lucro no exercício de R\$ 15.211 (prejuízo de R\$ 828 em 31 de dezembro de 2023) e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 31.215 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.376 negativo em 31 de dezembro de 2023). O lucro acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.814 (prejuízo de R\$ 1.029 em 31 de dezembro de 2023). O motivo principal do capital circulante líquido consolidado ser negativo em 31 de dezembro de 2024, decorre do prazo de vencimento do financiamento contratado pelas controladas junto ao Banco do Brasil, (conforme demonstrado na nota explicativa 16).

Com o objetivo de equalizar a liquidez financeira, as controladas da Companhia, Usina Solar Arinos 18 SPE S.A., Usina Solar Arinos 19 SPE S.A., e Usina Solar Arinos 20 SPE S.A., conforme divulgado na nota de eventos subsequentes (NE 29), postergaram o vencimento da dívida para abril de 2026, adicionalmente na controlada Usina Solar Arinos 19 SPE S.A., ocorrem integralizações de capital no montante total de R\$ 17.275, o que contribuiu de maneira relevante com esse tema.

Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas e companhias consolidadas;
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas e companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de despesas decorrentes de negócios entre as empresas e companhias consolidadas;
- Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’), listadas a seguir:

Controladas Razão Social	Participação societária em %			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100 %	-	100 %	-

Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100 %	-	100 %	-
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100 %	-	100 %	-

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras do Grupo foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12** Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais determinadas pela vida útil estimada do bem. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela

Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração;

- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica - Nota explicativa nº13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da planta fotovoltaica.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº18:** Referem-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Intangível - Nota explicativa nº 14:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 25:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela

Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o exercício de 2024 a Companhia e suas controladas optaram pelo regime de tributação do lucro real.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Companhia e suas controladas deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Inclui custos com a implantação de desenvolvimento de geração de energia fotovoltaica e aquisição de softwares.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Direito de exploração	30 anos

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o

resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência

histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”)

As controladas da Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado empregados nas usinas solares em construção, (módulos e inversores). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

No início de relacionamento do *hedge* designado, as controladas da Companhia documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. As controladas da Companhia também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo é designado como instrumento de hedge valor justo, a parcela efetiva das variações no valor justo é reconhecida e acumulada no resultado do exercício e são limitadas ao índice designado para o item protegido. As controladas da Companhia designaram Contratos a Termo de Moeda – NDF (Non Deliverable Forward) como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é reclassificada para o custo do objeto de hedge protegido, sendo estes, os ativos fixos adquiridos durante o período de vigência do hedge.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações

para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

I. Arrendamentos

No início de um contrato, as controladas da Companhia avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as controladas da Companhia alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas da Companhia o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel onde o parque fotovoltaico se encontra em operação.

As controladas da Companhia adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,66% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

As controladas da Companhia apresentam os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento. Durante o período de construção os juros dos arrendamentos são reconhecidos no ativo imobilizado.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

8 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos bancários (a)	10	14	6.685	1.335
Aplicações financeiras (b)	-	-	82.181	-
Caixa e equivalentes de caixa	10	14	88.866	1.335

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94,5% em 31 de dezembro de 2024, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no não circulante de acordo com a expectativa de realização dos valores. As contas centralizadoras concentram os recebíveis da do Grupo.

	2024	2023
Reserva O&M	1.524	-
Reserva de dívida – BNB	10.745	-
Total	12.269	-

9 Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes – ACL – (a)	19.074	-
	19.074	-

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 20, onde o saldo é liquidado no mês subsequente a geração e não há saldos vencidos a receber.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. O Grupo não possui histórico de inadimplência com recebíveis.

10 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2024	2023
Seguros (a)	2.454	3.120
Custo de captação (d)	394	2.389
Software (b)	318	-
Fianças bancárias (c)	9.410	21
	12.576	5.530
Circulante	9.851	2.911
Não circulante	2.725	2.619

- (a) Refere-se aos seguros para implementação do parque fotovoltaico
- (b) Refere-se a despesas pela utilização de licença de uso de software.
- (c) Refere-se a fianças bancárias para garantia de contratos de financiamentos e garantia do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).
- (d) Refere-se a custos inerentes ao processo de captação de financiamento para construção do parque fotovoltaico.

11 Investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Investimentos	654.699	226.656
Total	654.699	226.656

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	138.871	2.441	2.441	138.871
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	107.196	2.618	2.618	107.196
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	84.188	2.602	2.602	84.188
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	102.425	3.384	3.384	102.425
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	82.533	1.710	1.710	82.533
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	63.181	1.771	1.771	63.181
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	76.305	775	775	76.305
		654.699	15.301	15.301	654.699

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	109.802	(372)	(372)	109.802
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	20.057	(83)	(83)	20.057
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	19.541	(83)	(83)	19.541
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	20.384	(83)	(83)	20.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	19.139	(82)	(82)	19.139
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	18.886	(83)	(83)	18.886
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	18.847	(83)	(83)	18.847
		226.656	(869)	(869)	226.656

Movimentação dos investimentos	Part. %	2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	2024
<i>Investimentos em controladas</i>						
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	109.802	27.109	2.441	(481)	138.871
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	20.057	85.120	2.618	(599)	107.196
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	19.541	62.640	2.602	(595)	84.188
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	20.384	79.438	3.384	(781)	102.425
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	19.139	62.068	1.710	(384)	82.533
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	18.886	42.922	1.771	(398)	63.181
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	18.847	56.844	775	(161)	76.305
Total		226.656	416.141	15.301	(3.399)	654.699

Movimentação dos investimentos	Part. %	2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	100%	48.325	61.849	(372)	109.802
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	100%	-	20.140	(83)	20.057
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	100%	-	19.624	(83)	19.541
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	100%	-	20.467	(83)	20.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	100%	-	19.221	(82)	19.139
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	100%	-	18.969	(83)	18.886
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	100%	-	18.930	(83)	18.847
Total		48.325	179.200	(869)	226.656

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício 2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	252.881	114.010	138.871	2.441
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	220.768	113.572	107.196	2.618
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	210.929	126.741	84.188	2.602
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	216.076	113.651	102.425	3.384
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	200.135	117.602	82.533	1.710
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	198.643	135.462	63.181	1.771
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	193.065	116.760	76.305	775
	1.492.497	837.798	654.699	15.301

Informações sobre as entidades investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2023
<i>Investimentos em controladas</i>				
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	117.084	7.282	109.802	(372)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	27.382	7.325	20.057	(83)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	26.496	6.955	19.541	(83)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	27.482	7.098	20.384	(83)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	26.111	6.972	19.139	(82)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	25.409	6.523	18.886	(83)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A	26.832	7.985	18.847	(83)
	276.796	50.140	226.656	(869)

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras referentes aos parques fotovoltaicos .

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	23.438	-	(641)	22.797
Total do ativo	23.438	-	(641)	22.797

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	23.494	(56)	23.438
Total do ativo	-	23.494	(56)	23.438

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
Passivo de arrendamento	22.915	23.440
Total	<u><u>22.915</u></u>	<u><u>23.440</u></u>
Circulante	57	524
Não circulante	22.858	22.916

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada abaixo:

Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	23.440	-	(1.028)	503	22.915
Total	<u><u>23.440</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(1.028)</u></u>	<u><u>503</u></u>	<u><u>22.915</u></u>
Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	23.494	(58)	4	23.440
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>23.494</u></u>	<u><u>(58)</u></u>	<u><u>4</u></u>	<u><u>23.440</u></u>

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,66% a.a.

13 Imobilizado

	Consolidado						
	31/12/2022	Adições	Transferência (b)	31/12/2023	Adição	Juros capitalizados (d)	31/12/2024
Custo de aquisição:							
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e equipamentos (a)	-	183.115	43.489	226.604	1.016.149	28.267	1.271.020
Custo para desmobilização de ativos (c)	-	-	-	-	1.070	-	1.070
Total do custo	-	183.115	43.489	226.604	1.017.219	28.267	1.272.090
Depreciação acumulada							
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	(7.885)	-	(7.885)
Desmobilização de ativos (c)	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Total da depreciação acumulada	-	-	-		(7.888)	-	(7.888)
Total	-	183.115	43.489	226.604	1.009.331	28.267	1.264.202

- a) Refere-se às compras de ativo imobilizado.
b) Conforme nota explicativa nº 14.
c) Conforme nota explicativa nº 18.
d) Conforme nota explicativa nº 16.

Em dezembro de 2023 a Companhia concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em Ambiente de Contratação Livre, iniciando no exercício de 2024 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2024 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

14 Intangível

Custo de aquisição:	31/12/2022	Transferência para imobilizado (a)	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Direito de exploração	-	-	-	55.769	55.769
Gastos desenvolvimento	43.489	(43.489)	-	-	-
Software	-	-	-	932	932
Total do custo	43.489	(43.489)	-	56.701	56.701

Amortização acumulada	31/12/2022	Transferência para imobilizado (a)	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Direito de exploração	-	-	-	(153)	(153)
Software	-	-	-	(82)	(82)
Total da amortização acumulada	43.489	(43.489)	-	(235)	(235)
Total do intangível	43.489	(43.489)	-	56.466	56.466

- a) Refere-se ao custo efetivo incorrido com a fase inicial do projeto de geração de energia fotovoltaica. Os custos incorridos os quais foram posteriormente transferidos ao imobilizado em construção, atendem aos critérios requeridos para fins de capitalização, vide nota explicativa nº 13.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2024 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores				
Contratação de serviços (a)	6	4	42.586	4.413
Provisões de fornecedores (b)	-	7	-	101
Fornecedores – CCEE (c)	-	-	4.047	-
Total de fornecedores	6	11	46.633	4.514
Outras contas a pagar (d)				
Circulante	-	-	7.170	-
Não circulante	-	-	3.617	-
Total de outras contas a pagar	-	-	10.787	-

- a) Refere-se a contratação de serviços e equipamentos empregados na construção do ativo imobilizado.

- b) Refere-se a provisão de serviços a serem faturados.
- c) Refere-se a ajustes negativos de liquidação no ambiente da CCEE.
- d) Refere-se a saldos de fiança a pagar.

As informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

16 Financiamentos

	2024
Financiamentos bancários com garantia	
Saldo inicial	-
Financiamentos tomados (principal)	687.644
Juros incorridos (i)	43.267
Juros pagos	(3.656)
Saldo em final	727.255
Passivo circulante	330.755
Passivo não circulante	396.500

- (i) Conforme demonstrado na nota explicativa 13, o montante de R\$ 28.267, de juros incorridos foram capitalizados.

a. Detalhes dos financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	Controlada	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor desembolsado	Vencimento Final	Pagamento
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 3 SPE S.A	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	80.661	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 5 SPE S.A	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	80.661	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 6 SPE S.A	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	80.661	jan/48	Mensal
Financiamento – AFD Infra Sustentável - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	IPCA + 11% a.a.(*)	27/12/2023	16.250	jan/34	Semestral
Financiamento – FNE Verde Infraestrutura - Banco do Nordeste do Brasil	Usina Solar Arinos 7 SPE S.A	IPCA + 4,72% a.a.(*)	27/12/2023	80.661	jan/48	Mensal
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Usina Solar Arinos 18 SPE S.A	CDI + 2,30% a.a.	10/04/2024	100.000	abr/25	Anual
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Usina Solar Arinos 19 SPE S.A	CDI + 2,30% a.a.	10/04/2024	100.000	abr/25	Anual
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Usina Solar Arinos20 SPE S.A	CDI + 2,30% a.a.	10/04/2024	100.000	abr/25	Anual
Total				687.644		

(*) A taxa de juros efetiva considerando os prazos dos financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil é de 5,28%

b. Principais cláusulas de covenants.

(ii) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os contratos de financiamentos exigem garantia mediante fianças bancárias.

Fianças bancárias

Os contratos de prestações de fianças bancárias estabelecem as principais condições:

- Alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças das devedoras;
- Instrumento particular de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e outras avenças das devedoras;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do projeto de titularidade das devedoras;
- Garantia fidejussória prestada pela Companhia, controlada direta Solar Arinos S.A e as devedoras;
- Compromisso limitado de aporte de recursos próprios pela Companhia;
- Manter durante o prazo do financiamento índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,20, a partir de 2026.

Os bancos fiadores são: Banco Itaú S.A, Banco do Brasil S.A, Banco BTG Pactual S.A.

(iii) Banco do Brasil – Notas Comerciais

Os contratos de financiamentos estabelecem as principais condições:

- Alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças das devedoras;
- Instrumento particular de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e outras avenças das devedoras;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do projeto de titularidade das devedoras;
- Garantia fidejussória prestada pela Companhia, controlada direta Solar Arinos S.A e as devedoras;
- Compromisso limitado de aporte de recursos próprios pela Companhia.

<u>Vencimento em:</u>	<u>2024</u>
2025	330.755
2026	18.023
2027	18.023
2028	18.023
2029	18.023
2030 até 2048	324.408
	<u><u>727.255</u></u>

17 Obrigações tributárias

	Consolidado	
	2024	2023
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	59	28
ISS – Imposto Sobre Serviços – Retido	488	817
INSS Retido sobre serviços contratados	775	1.019
ICMS	1.748	-
PIS / COFINS	1.912	-
Outros	-	26
Total	4.982	1.890

18 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas da Companhia têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2024, as controladas Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$1.070. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,13%.

O valor correspondente a desmobilização está registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.067 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	2024
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	1.070
Atualização monetária sobre a provisão de desmobilização	17
Saldo final	1.087

19 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 742.000 (R\$ 567.109 em 31 de dezembro de 2023), representado por 276.511 mil ações (178.779 mil ações em 31 de dezembro de 2023). O capital social integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 644.518 (R\$ 228.283 em 31 de dezembro de 2023, adicionalmente o valor de R\$ 13.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em capital subscrito e integralizado no exercício de 2023). A seguir são demonstradas as movimentações das subscrições e integralizações de capital social durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Do valor total integralizado em 2024 que é de R\$ 416.235, R\$ 351.055 foi mediante caixa (R\$ 169.461 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 55.616 mediante capitalização de direito de exploração e R\$ 9.564 mediante capitalizações de gastos com imobilizado, aportado nas controladas da Companhia.

<i>Subscrição de capital social</i>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>
31/12/2022 – Capital social subscrito	36.101	36.101
Subscrição de ações ordinárias – (ON) – (a)	51.000	51.000
Subscrição de ações – Classe (PNA) – (b)	37.329	8
Subscrição de ações – Classe (PNB) – (c)	54.349	480.000
31/12/2023 – Capital social subscrito	178.779	567.109
Subscrição de ações ordinárias – (ON) – (a)	36.102	36.102
Subscrição de ações – Classe (PNA) – (b)	20.738	58.055
Subscrição de ações – Classe (PNB) – (c)	40.892	80.734
31/12/2024 – Capital social subscrito	276.511	742.000

Propriedade por classe de ação em quantidade	<u>Newave Energia S.A</u>	<u>Gerdau Açominas S.A (*)</u>	<u>Gerdau Aços Longos S.A (*)</u>
Ações ordinárias – (ON) – (a)	87.102	-	-
Ações – Classe (PNA) – (b)	-	4.106	-
Ações – Classe (PNB) – (c)	53.961	-	131.342
Total de ações emitidas	141.063	4.106	131.342

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida na data de 24 de novembro de 2023, foram admitidas mediante emissão de ações classe PNA, as acionistas Gerdau Açominas S.A e Gerdau Aços Longos S.A.

Os principais direitos conferidos a cada classe de ação são descritos abaixo:

- (a) Ordinárias (ON) conferem ao proprietário os direitos econômicos na forma de dividendos e direito a voto relacionados a matérias financeiras e operacionais, bem como em relação a matérias protetivas.
- (b) Classe (PNA): (i) terão direito a voto em relação a matérias protetivas não relacionadas a gestão operacional e financeira da Companhia e das controladas indiretas da Companhia que compõem o projeto Arinos; e (ii) terão direito a dividendos fixos, não cumulativos, no valor total de R\$ 1 a cada exercício, quando apurados lucros.
- (c) Classe (PNB): (i) não terão direito a voto; (ii) terão direito a dividendos fixos totais no valor equivalente ao múltiplo fixado no acordo de acionistas, de forma que todos os direitos econômicos restantes em relação as ações (ON) sejam usufruídos pelo detentor das respectivas ações; (iii) terão direito à prioridade no reembolso de capital em relação às demais ações, em caso de liquidação da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das integralizações de capital social e o saldo a integralizar por classe de ação:

<i>Integralização de capital social em R\$</i>	Ações (ON)	Ações (PNA)	Ações (PNB)
31/12/2022 – Capital social a integralizar	-	-	-
Subscrição de ações em R\$ mil	(87.102)	(8)	(480.000)
Integralização de capital social	87.102	4	141.178
31/12/2023 – Capital social a integralizar	-	(4)	(338.822)
Subscrição de ações em R\$ mil	-	-	(174.891)
Integralização de capital social	-	-	416.235
31/12/2024 – Capital social a integralizar	-	(4)	(97.478)

b. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou o lucro de R\$ 15.211. Mediante a este fato, após a compensação dos prejuízos acumulados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 709.

c. Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 3.368 (R\$0 em 2023), conforme demonstrativo abaixo:

	<u>2024</u>
Prejuízos acumulados	(1.029)
Lucro líquido do exercício	15.211
Base de cálculo - Reserva Legal	14.182
Reserva legal - 5%	(709)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	13.473
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.368

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.368 (R\$0 em 2023).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$10.105 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

e. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia compensou integralmente os prejuízos acumulados.

20 Receitas operacionais

	Consolidado	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Energia comercializada (a)	58.846	-
Total das receitas operacionais antes dos impostos	58.846	-
PIS	(981)	-
COFINS	(4.520)	-
ICMS	(2.163)	-
Impostos sobre receita bruta	(7.664)	-
Receita operacional líquida	51.182	-

- (a) Receita proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), referente aos contratos bilaterais.

Durante o exercício de 2024 as controladas da Companhia geraram 193.594 MWh.

21 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2024	2023
Custos operacionais		
Depreciação e amortização	(8.041)	-
Aluguéis e arrendamentos (b)	(44)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (a)	(2.730)	-
Seguros	(712)	-
Manutenção de equipamentos	(795)	-
Total	(12.322)	-

- a) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- b) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	-	-	-	(1)
Depreciação e amortização	-	-	(82)	-
Serviços terceiros	-	(23)	-	(212)
Assessoria e advogados	-	-	-	(1)
Despesas consumo do escritório	-	-	(17)	(1)
Impostos e taxas	(2)	(2)	(22)	(62)
Despesas com software	-	-	(71)	-
Contabilidade e auditoria	(86)	(33)	(860)	(381)
Despesas com aluguel	-	-	(7)	(13)
Seguros	-	-	(5)	-
Encargos de conexão de rede (a)	-	-	-	(482)
Outros	-	-	(19)	-
Total	(88)	(58)	(1.083)	(1.153)

- a) Refere-se ao custo de contrato de conexão (CCT) junto a ANEEL, que assegura as condições de conexão de rede elétrica, antes da entrada em operação comercial.

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	271	2.482	515
Juros recebidos	2	-	2	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	5.913	19.775
	2	271	8.397	20.290
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(3)	(5)	(20)	(6)
IOF	-	(199)	(284)	(205)
Correção monetária sobre desmobilização	-	-	(17)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(503)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(15.000)	-
Fianças bancárias	-	-	(1.832)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	-	(5.913)	(19.775)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(145)	(11)
	(4)	(204)	(23.714)	(19.997)
Resultado financeiro líquido	(2)	67	(15.317)	293

(*) Referente aos derivativos designados como hedge de valor justo, conforme nota explicativa nº 25.

23 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	15.211	(824)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(5.172)	(280)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	-	269
Receita com resultado de equivalência patrimonial	(15.300)	-
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	89	15
Despesa de IRPJ e CSLL	-	(4)
Alíquota efetiva	-	1%

(*) A Companhia não constitui impostos diferidos ativos por não possuir previsão de lucros tributáveis futuros, para os próximos exercícios.

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 104 (R\$15 em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	22.460	(824)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL alíquota nominal	(7.636)	(280)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	(124)	269
Compensação de prejuízo fiscal	(263)	-
Base negativa - prejuízo fiscal não contabilizado (*)	-	15
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.249)	(4)
Alíquota efetiva	32%	1%

24 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é paga pela controladora direta Newave Energia S.A.

b. Operações com partes relacionadas

a) Ativo (a)

	Controladora	
	2024	2023
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	3	3
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	86	86
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	87	87
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	86	86
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	86	86
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	87	87
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	86	86
	521	521

(a) Refere-se a despesas pagas em favor das respectivas SPEs.

b) Passivo

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
<u>Dividendos a pagar</u>		
Newave Energia S.A	3.366	-
Gerdau Açominas S.A	1	-
Gerdau Longos S.A	1	-
	3.368	-

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	10	82.181	6.685
Contas a receber	9	-	-	-	19.074
Fundos vinculados	8	-	-	12.269	-
Contas a receber partes relacionadas	24	-	521	-	-
Dividendos a receber	11	-	3.399	-	-
Outras contas a receber	-	-	3	-	866
Total		-	3.933	94.450	26.625
Passivos					
Fornecedores	15	-	6	-	46.633
Financiamentos	16	-	-	-	727.255
Passivo de arrendamentos	12	-	-	-	22.915
Dividendos a pagar	24	-	3.368	-	3.368
Outras contas a pagar	15	-	-	-	10.787
Total		-	3.374	-	810.958

		Controladora		Consolidado	
		2023 – Valor contábil		2023 – Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	14	-	1.335
Contas a receber partes relacionadas	24	-	521	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	19.775	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	5
Total		-	535	19.775	1.340
Passivos					
Fornecedores	15	-	11	-	4.514
Passivos de arrendamentos	12	-	-	-	23.440
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	19.775	-
Total		-	11	19.775	27.954

		Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	10	10	14	14
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	521	521	521	521
Dividendos a receber	Nível 2	3.399	3.399	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	3	3	-	-
Total		3.933	3.933	535	535
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	6	6	11	11
Total		6	6	11	11

			Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1		88.866	88.866	1.335	1.335
Fundos vinculados	Nível 1		12.269	12.269	-	-
Contas a receber	Nível 2		19.074	19.074	-	-
Outras contas a receber	Nível 2		866	866	5	5
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		-	-	19.775	19.775
Total			121.075	121.075	21.115	21.115
Passivos						
Fornecedores	Nível 2		46.633	46.633	4.514	4.514
Financiamentos	Nível 2		727.255	727.255	-	-
Passivos de arrendamentos	Nível 2		22.915	22.915	23.440	23.440
Dividendos a pagar	Nível 2		3.368	3.368	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		-	-	19.775	19.775
Outras contas a pagar	Nível 2		10.787	10.787	-	-
Total			810.958	810.958	47.729	47.729

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contratos derivativos *Non-deliverable Forward (NDF)* em aberto, uma vez que, com a conclusão das aquisições de ativos imobilizados atrelados ao dólar americano (USD), estes derivativos foram liquidados em junho de 2024.

Companhia	Contrato a Termo – NDF		Valor a termo		Valor justo
			31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL	Em BRL
Solar Arinos 3	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 3	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 3	Termo líquido	mar/24	2.332	12.008	(391)
Solar Arinos 3	Termo líquido	abr/24	5.963	30.218	343
Solar Arinos 3	Termo líquido	mai/24	6.537	33.022	453
Solar Arinos 3	Termo líquido	jun/24	86	448	17
Solar Arinos 3	Termo líquido	ago/24	1.027	5.340	(275)
Solar Arinos 5	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 5	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 5	Termo líquido	mar/24	2.332	12.008	(391)
Solar Arinos 5	Termo líquido	abr/24	3.532	18.099	(6)
Solar Arinos 5	Termo líquido	mai/24	3.980	20.013	492
Solar Arinos 5	Termo líquido	jun/24	5.063	25.392	1.579
Solar Arinos 5	Termo líquido	ago/24	1.027	5.340	(275)
Solar Arinos 6	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 6	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 6	Termo líquido	mar/24	2.332	12.008	(391)
Solar Arinos 6	Termo líquido	abr/24	2.861	14.782	(151)
Solar Arinos 6	Termo líquido	mai/24	1.575	8.159	(89)
Solar Arinos 6	Termo líquido	jun/24	86	448	17
Solar Arinos 6	Termo líquido	jul/24	1.579	8.324	586
Solar Arinos 6	Termo líquido	ago/24	1.027	5.340	(274)
Solar Arinos 6	Termo líquido	set/24	6.485	33.929	2.511
Solar Arinos 7	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 7	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mar/24	2.332	12.008	(391)
Solar Arinos 7	Termo líquido	abr/24	2.862	14.782	(151)
Solar Arinos 7	Termo líquido	mai/24	2.816	14.343	104
Solar Arinos 7	Termo líquido	jun/24	3.582	18.029	1.328

Solar Arinos 7	Termo líquido	jul/24	3.327	16.791	1.438
Solar Arinos 7	Termo líquido	ago/24	1.026	5.341	(275)
Solar Arinos 18	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 18	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 18	Termo líquido	mar/24	2.332	12.008	(391)
Solar Arinos 18	Termo líquido	abr/24	2.861	14.782	(151)
Solar Arinos 18	Termo líquido	mai/24	1.575	8.158	(89)
Solar Arinos 18	Termo líquido	jun/24	86	447	17
Solar Arinos 18	Termo líquido	jul/24	5.215	26.697	2.494
Solar Arinos 18	Termo líquido	ago/24	3.990	20.689	655
Solar Arinos 19	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 19	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 19	Termo líquido	mar/24	2.332	12.007	(391)
Solar Arinos 19	Termo líquido	abr/24	2.861	14.782	(151)
Solar Arinos 19	Termo líquido	mai/24	1.575	8.159	(89)
Solar Arinos 19	Termo líquido	jun/24	86	448	17
Solar Arinos 19	Termo líquido	jul/24	7.712	39.468	3.343
Solar Arinos 19	Termo líquido	ago/24	1.652	8.592	(79)
Solar Arinos 20	Termo líquido	jan/24	2.095	10.954	(659)
Solar Arinos 20	Termo líquido	fev/24	1.406	7.217	(224)
Solar Arinos 20	Termo líquido	mar/24	2.332	12.007	(391)
Solar Arinos 20	Termo líquido	abr/24	5.306	26.867	377
Solar Arinos 20	Termo líquido	mai/24	2.257	11.606	(64)
Solar Arinos 20	Termo líquido	jun/24	4.009	20.254	902
Solar Arinos 20	Termo líquido	jul/24	1.080	5.453	552
Solar Arinos 20	Termo líquido	ago/24	1.026	5.341	(275)
			136.563	701.134	5.913

			Valor a termo	Valor justo
Contrato a Termo – NDF			31/12/2023	31/12/2023
Companhia	Desembolso	Vencimento (Mês/Ano)	Em USD	Em BRL
Solar Arinos 3	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 3	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 3	Termo líquido	dez/23	117	(38)

Solar Arinos 5	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 5	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 5	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 6	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 6	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 6	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 7	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 18	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 18	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 18	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 19	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 19	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 19	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	out/23	120	(21)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	513	(137)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
Solar Arinos 20	Termo líquido	dez/23	117	(38)
			1.500	(392)

(*) Ao designar as *Non-deliverable Forwards* (NDFs), como instrumento de hedge e aplicar a contabilidade de hedge com base no valor justo, as controladas da Companhia, além de reconhecer as perdas com derivativos no resultado no exercício, na rubrica de despesas financeiras, também reconhecem os ganhos com instrumentos financeiros derivativos, no resultado do exercício, na

rubrica de receitas financeiras. Os termos críticos do instrumento de hedge (NDFs), e do objeto de hedge, compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado, estão estritamente alinhados, portanto, o mesmo valor das perdas com instrumentos financeiros derivativos reconhecidas no resultado, demonstradas no quadro acima, são compensadas pelos ganhos com instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 22.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os contratos a termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 5.913, (saídas de R\$ 2.744 em 31 de dezembro de 2023).

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixas e equivalentes de caixa	10	14	88.866	1.335
Contas a receber	-	-	19.074	-
Contas a receber partes relacionadas	521	-	-	-
Fundos vinculados	-	-	12.269	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	19.775
Outras contas a receber	3	-	866	5
Total	534	14	121.075	21.115

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Companhia prioriza investimentos de

curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2024

31 de dezembro de 2024		Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	6	6	6	-	-	-
	6	6	6	-	-	-

31 de dezembro de 2023

31 de dezembro de 2023		Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	11	11	11	-	-	-
	11	11	11	-	-	-

31 de dezembro de 2024

31 de dezembro de 2024		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	57.420	57.420	53.803	3.617	-	-
Financiamentos	727.255	1.186.059	56.567	511.343	181.445	436.704
Dividendos a pagar	3.368	3.368	3.368	-	-	-
Passivos de arrendamentos	22.915	91.498	2.771	5.542	16.625	66.561
	810.958	1.338.345	116.509	520.502	198.070	503.265

31 de dezembro de 2023

		Consolidado				
Valor Contábil		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.514	4.514	4.514	-	-	-
Passivos de arrendamentos	23.440	92.800	973	11.083	13.853	66.891
Instrumentos financeiros derivativos	19.775	19.775	19.775	-	-	-
	47.729	117.089	25.262	11.083	13.853	66.891

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros		Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices						
IPCA (a)		4,90%	4,96%	4,96%	6,20%	7,44%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (b)		12,15%	14,75%	14,75%	18,44%	22,13%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	405.104	42.416	45.366	48.139	39.769	36.792
Financiamentos	CDI	322.151	50.440	60.926	71.287	39.824	29.071
Total		727.255	92.856	106.292	119.426	79.593	65.863
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	94.450	13.931	17.414	20.897	(17.414)	(20.897)

(a) Boletim FOCUS – Fonte: Banco Central do Brasil

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

Em atendimento ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, abaixo são demonstradas as transações que não envolveram caixa:

	Consolidado	
	2024	2023
Juros sobre passivo de arrendamentos adicionados ao imobilizado	(22)	(4)
Amortização de intangível capitalizado	(153)	-
Amortização de direitos de uso	513	-
Provisão para desmobilização	1.070	-
Juros sobre financiamentos adicionados ao imobilizado	28.267	-
Integralização de capital	-	(9.721)
Despesas antecipadas adicionadas ao imobilizado	(2.041)	1.587
Fornecedores	38.071	(2.610)
Aquisição de ativo imobilizado	(10.089)	13.548
Aquisição de ativo intangível	(55.616)	-
Amortização de arrendamentos	-	(56)
Transferência do Intangível	-	(43.489)
Transferência para imobilizado	-	43.489
Adiantamento a fornecedores	-	(1.976)
Imobilizado - Compensações	-	1.976
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.744)
Integralização de capital	-	13.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(13.000)

27 Contingências

A Companhia e suas controladas não possuem em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

28 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2059
(EUST / CUST / CCT) (a)	18.828	18.828	18.828	18.828	470.736
Seguros (b)	7.436	-	-	-	-
Operação e manutenção (c)	1.941	1.941	1.941	1.941	51.277
Arrendamento (d)	2.256	390	390	390	11.383
Fianças (e)	7.257	7.960	7.713	7.449	70.330
Total	37.718	29.119	28.872	28.608	603.726

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (EUST e Taxa de Conservação)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas da Companhia irão incorrer com gastos referentes aos Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), e a Taxa de Conservação, objeto dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT), para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os EUSTs foram calculados considerando as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho de 2024 a junho de 2025) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses seguintes.

A partir de julho de 2025 os EUSTs também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

b) Seguros

A Companhia possui contratos de seguros para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Operação e manutenção

A Companhia possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para manutenção do parque fotovoltaico.

d) Arrendamentos

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Fianças

De acordo com cláusula de contrato de financiamento a Companhia possui obrigação de manter fiança bancária pelo respectivo prazo de financiamento.

29 Eventos subsequentes

a) Postergação de pagamento do financiamento junto ao Banco do Brasil

Conforme cláusula contida nos contratos de financiamento assinados junto ao Banco do Brasil, as controladas diretas da Companhia, Usina Solar Arinos 18 SPE S.A, Usina Solar Arinos 19 SPE S.A e Usina Solar Arinos 20 SPE S.A., postergaram o pagamento para abril de 2026, mantendo a taxa de juros DI + 2,30% a.a. As cláusulas de covenants permaneceram inalteradas.

b) Integralização de capital

Entre a data destas demonstrações financeiras e a data de autorização de emissão pela Administração, a Companhia integralizou o montante de R\$ 17.275 em sua controlada Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.

Gunnar Honorato Pinassi
Diretor Financeiro
CPF: 269.843.018-14

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02

* * *